



CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA-COLIGAÇÃO ELEITORAL

CASA-CE

GRUPO PARLAMENTAR

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Votação Final Global da Conta Geral do Estado 2016 - Luanda, 20 de Fevereiro de 2019)

Excelência Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Caros Senhores Deputados à Assembleia Nacional

Prezados Senhores Auxiliares do Titular do Poder

Executivo

Minhas Senhoras e meus Senhores.

A Conta Geral do Estado, em aprovação, é muito importante, e devia ser apreciada com atenção, porque balancea a execução do Orçamento Geral do Estado do ano 2016, que continha já, verbas destinadas às Eleições Gerais de 2017.

Quando chegamos, em 2012, à esta Magna Assembleia, deparamo-nos com o facto de que o Executivo não enviava ao Parlamento, a Conta Geral do Estado, ou seja, não prestava contas. Passados mais de seis anos, desde então, a situação não está devidamente resolvida, na medida em que, há um grande atraso, por parte do Poder Executivo, na apresentação das Contas Gerais do Estado à Assembleia Nacional, o que prejudica fortemente a utilidade destas, na aprovação dos

Orçamentos Gerais do Estado subsequentes. Pois, veja-se a presente situação:

A Conta Geral do Estado de 2016, deveria ter dado entrada na Assembleia Nacional, até 30 de Setembro de 2017, conforme o disposto no ponto 1, alínea a) do Artigo 275º da Lei 13/17 de 6 de Julho, que aprova o Regimento da Assembleia Nacional. Entretanto, ela apenas chegou em Janeiro de 2019 à Assembleia Nacional, e consequentemente, dado ao atraso, não contribuiu em nada para a aprovação dos Orçamentos Gerais do Estado de 2018 e 2019. Pois, como se compreende, é conveniente analisar como se executou um dado Orçamento Geral do Estado, passado, para melhor se aprovar o novo, que se lhe segue.

Outra questão ligada aos prazos, tem a ver com o tempo destinado à Assembleia Nacional, para a apreciação e decisão sobre a Conta Geral do Estado. O Regimento da Assembleia Nacional, no seu n.º 2 do Artigo 275º, confere até um mínimo de nove meses, para esse exercício, ciente da complexidade e do volume enorme de trabalho que esta actividade comporta. Ora, esta Assembleia Nacional, concedeu aos Deputados, apenas dois meses, para esse exercício, de apreciação da CGE 2016, o que de todo, é insuficiente para uma adequada apreciação desse documento. Face aos factos, resulta que não estamos aqui, em consciência e verdade, à apreciar e a votar a Conta Geral do Estado de 2016, mas apenas a cumprir formalidades, a fazer de conta que analisamos, de facto o documento.

Por último, sobre esta matéria, dizer, que a Assembleia Nacional só estará apta a ajuizar sobre a correção ou não da execução dos Orçamentos Gerais do Estado, se para além dos Relatórios e Pareceres que lhe chegam do Executivo e do Tribunal de Contas, os Deputados poderem constatar no terreno, os factos, poderem interpelar governantes e solicitar documentos, fora das restrições impostas pelo Acórdão do Tribunal Constitucional que castrou a fiscalização e o controlo do Executivo, pelo Parlamento.

Excelências, Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Senhores Deputados, Senhores Auxiliares do Titular do Poder
Executivo, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O tema da actualidade, no país, é o combate à corrupção. E, num momento como este, cabe perguntar, por onde passou essa corrupção massiva e sistémica, que assolou o nosso país, se todas as Contas Gerais do Estado, enviadas pelo Executivo à Assembleia Nacional, foram por esta aprovadas? Será que a Assembleia Nacional tem sabido cumprir com o seu papel, agindo de forma coerente e responsável? Ou, pelo contrário, cumprindo apenas com os formalismos, acaba por ser cúmplice do segundo mal depois da guerra, como referiu o anterior Presidente da Republica de Angola?

Meus Senhores, a corrupção em Angola, atingiu níveis quase institucionais. Não é, não foi, questão de um ou meia dúzia de sujeitos, de duas ou três empresas, etc. É algo transversal a toda a sociedade, a requerer, para o seu combate, acções abrangentes e multisectoriais. Eis, porquê que a Assembleia Nacional deve envolver-se mais, para além de limitar-se a aprovar, a pressa, as propostas de leis do Executivo, sobre a matéria. Assim, o Grupo Parlamentar da CASA-CE deu entrada, ontem, no Gabinete de Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Nacional, uma proposta de debate mensal, sobre o "Combate à Corrupção em Angola", a ocorrer aqui, neste Plenário, no mês de Março, com vista a dotar os Deputados e a Sociedade de maior domínio sobre a dimensão do problema, o modo como se desenrola o processo do combate à corrupção, a legalidade ou ilegalidade dos procedimentos, as vias mais adequadas para a sua solução e, no caso do repatriamento de capitais, saber se há lugar para comissão da verdade, enfim...

Entretanto, deixe-vos dizer, que em qualquer circunstância, a nossa posição passa por exigir a devolução dos dinheiros ao legítimo dono, transparência no processo, justiça salvaguarda da estabilidade e da segurança, e asseguramento do crescimento e desenvolvimento económico-social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Ministros e Secretários de Estado, minhas Senhoras e meus Senhores. Por todo

país, são muitos os cidadãos remetidos às cadeias, nos últimos tempos, por crimes económicos. Entretanto, estranha ver, que o assassino de Hilbert de Carvalho Ganga, continua solto. O tal homicida, no seio da Unidade de Segurança Presidencial, que a sangue frio assassinou pelas costas com uma arma de fogo, um jovem engenheiro que apenas colava cartazes pela cidade de Luanda, protestando contra o assassinato de outros dois jovens, pelas forças de segurança, por razões políticas. O assassino de Ganga continua solto, porque apesar do passar dos anos, o Tribunal Supremo, ao que sabemos, continua sem se pronunciar sobre o recurso interposto pelo advogado da causa do malgrado Ganga. Pois, até quando essa injustiça?

Muito Obrigado.